

A prioridade da educação

ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO



O Ministério da Educação deu um passo importante ao transferir para as universidades a competência de decidir sobre a forma mais adequada de exame vestibular. O MEC, além de

cumprir preceito constitucional, uma vez que a Constituição garante, em seu artigo 207, autonomia às universidades, contribuiu para que a discussão fosse redirecionada do vestibular para os grandes problemas que hoje afetam todo o sistema de ensino.

O sistema de acesso às universidades seguramente não é o maior desafio do ensino no País, mas, sim, a universalização da educação básica, prometida pela Constituição de 1967 e até agora não concretizada. Assim, para iniciar qualquer discussão séria que leve ao surgimento de propostas para uma nova política educacional, é preciso lembrar que durante décadas o desenvolvimento brasileiro se sustentou nas vantagens da mão-de-obra barata e não-qualificada e da abundância de matérias-primas, o que era compatível com uma grande massa ignorante e uma pequena elite educada. Esse cenário, no entanto, modificou-se de maneira dramática: hoje, a competitividade, a eficiência e a criatividade de uma população, como um todo, são indispensáveis num mundo onde a universalização da economia e da tecnologia são inevitáveis.

No Brasil de hoje, 90% de uma geração ingressa na primeira série do primeiro grau. Ao contrário do que se pensa, a evasão nesta série é pequena, mas o número de repetentes chega a 54%, processo que continua a ocorrer nas séries subsequentes, formando uma verdadeira "pedagogia da repetência". Assim, à medida que os alunos vão ficando "velhos", se torna premente a busca pelo mercado de trabalho, agravando-se os índices de evasão. Desta forma, apenas 40% de uma geração consegue terminar as oito séries do primeiro



grau, 25% termina o segundo grau e 12% inicia algum curso superior. Entre os que têm uma renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, a situação é mais grave, pois destes ninguém chega a um curso superior e menos de 5% terminam o primeiro grau.

Diante de quadro tão sombrio, o que se requer com a máxima ur-

**Competitividade,
eficiência e
criatividade hoje
são indispensáveis**

gência é a universalização competente da educação básica e, para isso, se faz necessária uma política educacional pelo menos tão radical e revolucionária quanto a terapia de choque que está sendo aplicada na economia. Considerar a educação apenas como mais um problema social, cujo tratamento adequado só terá início quando a economia estiver sob

controle, representa um grave erro de avaliação que poderá comprometer todo o processo de recuperação econômica.

Para que o ensino básico se modernize, será fundamental a formação mais numerosa e mais competente de professores do ensino elementar e secundário, de uma nova prática pedagógica em nossas escolas e a valorização da educação em nosso País, o que em países desenvolvidos já ocorreu há mais de um século. Esse papel, indiscutivelmente, cabe às universidades públicas, onde estão os melhores cérebros, os melhores laboratórios e os maiores recursos. Sob esse ponto de vista, é correta a orientação do MEC no sentido de que não haja ociosidade nas universidades, uma vez que as vagas ociosas, em sua maioria, estão concentradas em carreiras cujo prestígio caiu nos últimos anos, como é o caso das licenciaturas, mas de reconhecida relevância social. Deixar vagas ociosas nos cursos do magistério, em nome da melhoria do segundo grau, constitui erro vicioso, pois dessa ma-

neira estamos negando um ensino de melhor qualidade nas universidades públicas a candidatos em média menos preparados, porque vêm de escolas oficiais e de estratos sociais inferiores, mas que são os únicos, neste momento, com que podemos contar para formar nossas futuras gerações.

A parcela de responsabilidade que agora cabe às universidades é a contrapartida de sua autonomia para adotar um modelo de vestibular que se mostre o mais adequado. Cabe ao MEC, por dever de Estado, avaliar sistematicamente essas instituições e as escolas isoladas, revendo, se necessário, o seu credenciamento junto ao governo federal.

Somente uma política educacional capaz de avaliar as instituições de ensino a partir de seus egressos, e não de seus ingressantes, e de valorizar a formação de professores em todos os níveis poderá romper o perverso círculo vicioso da ignorância que caracteriza, lamentavelmente, o Brasil de hoje.

Roberto Leal Lobo e Silva Filho é reitor da Universidade de São Paulo.